

## UM REPUBLICANO NO SERTÃO: O MESSIANISMO EM EUCLIDES DA CUNHA

Clara Versiani dos Anjos Prado <sup>1</sup>

O livro “Os Sertões” é considerado uma obra-prima da literatura brasileira, para muitos e, para alguns, da literatura mundial. No entanto, não são poucos os que enxergam, nos “Sertões de Euclides”, uma análise conservadora e preconceituosa do Conselheiro e de seus seguidores. Nesta participação destaca-se a necessidade de, para uma melhor compreensão da obra, “visitar” a alma do Euclides republicano. Considera-se que um olhar sobre as correntes que compunham a República nos seus primeiros anos, assim como sobre as idéias que influenciavam a intelectualidade brasileira à época, e da qual Euclides fazia parte, permite revelar aspectos às vezes pouco lembrados. O que se propõe é uma abordagem histórica de Euclides e de sua principal obra, tentando desvendar a alma e os espíritos republicanos do final do século nas linhas, entrelinhas, “desenterrando montanhas” e decifrando “traços de rios” dos Sertões.

Faz-se aqui um recorte dentre as três partes que compõem o livro, “A Terra”, “O Homem”, e a “A Luta”, submetendo à interpretação a segunda, que tem início com as considerações do autor sobre a “complexidade” etnológica do Brasil, passando pela “Gênese dos Jagunços”, o sertanejo, o Conselheiro e termina com a narrativa sobre o povoado, ou a “urbs monstruosa”, Canudos.

No movimento republicano brasileiro do Segundo Reinado e durante os primeiros três governos do novo Estado, de 1889 a 1898, é possível identificar três correntes principais: a liberal, a jacobina e a positivista. Enquanto a primeira deve ser compreendida

---

<sup>1</sup> Historiadora e Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais, professora do curso de História do Núcleo de Ensino a Distância da Universidade Metropolitana de Santos – UNIMES.



como mais conservadora, no sentido de que mais ligada aos representantes da oligarquia cafeeira e vinculada ao modelo liberal de inspiração norte-americana, a segunda acalentava os ideais de democracia direta, com participação de todos os cidadãos, e a terceira desejava o progresso através da ordem, ou seja, um “projeto civilizatório” conduzido por um ditador, para o alcance de uma sociedade que valorizasse a vida comunitária, a pátria, a família e a “humanidade”.

Nos primeiros anos da República, proclamada em 1889, essas três correntes se enfrentaram. Ao final, a “alma liberal” prevaleceu, a despeito da permanência do lema positivista, “Ordem e Progresso”, na bandeira da nação que se rerepresentava para o mundo.

Há ainda que se ressaltar que – e uma vez que falamos das “almas devemos falar agora dos “corpos” – esta República recém-proclamada trazia consigo as diferenças e exclusões do tempo do Império, apesar da abolição dos escravos, em 1888. Para o historiador José Murilo de Carvalho (2003), os “três povos da República” seriam: o povo civil, ou das estatísticas, o povo das eleições, ou povo político, e o povo da rua.

O “povo das estatísticas” é o “povo revelado pelos dados censitários”, sendo que, dados censitários mais confiáveis para o período republicano foram, segundo Carvalho (2003), produzidos apenas em 1920. Antes desses números, havia os do censo realizado em 1872. Diante desse quadro, mesmo correndo algum risco de contestação, é possível supor que muitos nesse período não faziam parte do “povo civil”, porque não chegaram a fazer parte das estatísticas.

O “povo político” diz respeito às pessoas que podiam votar e ser votadas, ou seja, os cidadãos que tinham direitos políticos. Lembrando que a Constituição, à época, garantia tais direitos aos homens, adultos e alfabetizados, apenas 7,8% da população compunha este “povo”<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Carvalho chama a atenção para o fato de que 7,8% da população podiam votar, mas a participação eleitoral ficava, nas primeiras décadas da República, entre 1,4% e 3,4% (2003, p. 104)

O “povo da rua” é aquele à margem, mas que se manifestava e, logo, fazia-o fora das “regras do jogo”. Como protagonista ou participante das “turbulências” que sacudiram a República nos seus primeiros anos, sua presença, sem sombra de dúvida, perturbava as “almas e espíritos” do povo político.

As “almas da República” já mencionadas habitavam os “corpos” do povo das eleições e parte dos corpos do povo das estatísticas, mas não viviam nos corpos do “povo da rua”.

A alma de Euclides era jacobina e seu corpo pertencia ao povo das eleições e ao povo civil. Já o Conselheiro e seus seguidores, embora no sertão, faziam parte do “povo da rua”, logo, as almas republicanas não “habitavam” entre eles.

No entanto, embora membro das elites políticas e intelectuais, Euclides viu sua alma atormentada, logo nos primeiros anos da República, durante o governo Floriano Peixoto (1891-94). A respeito da Revolta da Armada, na qual atuou como tenente a serviço das forças do governo, que combatiam os rebeldes da Marinha, Euclides escreveu: “Representamos desastrosamente. Baralhamos os papéis da peça que deriva num jogo de antíteses infelizes, entre senadores armados até os dentes, brigando como soldados e militares platônicos bradando pela paz.” (apud VENTURA, 2002, p. 28).

Os espíritos jacobinos, à medida que Floriano Peixoto se aproximava mais e mais das oligarquias, afastavam-se da República. Para Euclides, além da Revolta da Armada, Canudos deixou ainda mais evidente que o projeto de nação surgido no “litoral” em nada contemplava o Brasil. Para ele, já àquela época, o *Brazil* ou *Brésil* “não entendiam o Brasil”.

Vivendo quatrocentos anos no litoral vastíssimo, em que palejam reflexos da vida civilizada, tivemos de improviso, como herança inesperada, a República. Ascendemos, de chofre, arrebatados na caudal dos ideais modernos, deixando na penumbra secular em que jazem, no âmago do país, um terço da nossa gente. (CUNHA, 2002, p. 127.)

A gente do sertão, o povo da rua, não fazia parte da nação refundada, não era conhecida e, portanto, não era compreendida. E aqui, para além da denúncia do massacre que foi Canudos, temos uma das grandes motivações do autor: compreender para explicar, à luz da Ciência, o sertão e o sertanejo.

A narrativa da campanha de Canudos por Euclides da Cunha é considerada, também neste caso por não poucos, uma referência para a História. Muito embora para alguns historiadores seja difícil considerá-la como historiográfica. Na avaliação do historiador Francisco Iglésias, “*Os sertões* valem como documento para a História, mas não são historiografia.” (2000, p.148)

Entretanto, deve-se observar que a pretensão de Euclides da Cunha ao escrever foi, sem sombra de dúvida, produzir uma obra de caráter científico, filiada às principais teorias e perspectivas das Ciências Naturais e Humanas da época. Iglésias enxerga nos Sertões um trabalho de história a Tucídides. Contudo, é possível enxergar ainda uma influência mais contemporânea, neste caso, a do naturalista alemão Karl Friedrich Philipp von Martius.<sup>3</sup>

Em 1840, foi proposto, pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, um prêmio para a monografia que apresentasse a melhor forma de escrever a história do Brasil. Martius, que já havia lançado, com Von Spix, uma obra extensa sobre o país, ganhou o prêmio do Instituto.<sup>4</sup>

Em sua monografia “Como se deve escrever uma História do Brasil”, Martius apresenta o seu conceito de “historiografia filosófica”:

(...) o historiador deve transportar-nos à casa do colono e cidadão brasileiro; deve mostrar-nos como viviam nos diversos séculos, tanto nas cidades como nos estabelecimentos rurais, como se formavam as relações do cidadão para com seus vizinhos (...). (apud IGLESIAS, 2000, p. 68.)

<sup>3</sup> Tais considerações são encontradas em Bernucci (2002).

<sup>4</sup> Martius e Von Spix integravam a expedição de estudiosos enviados pelo Grão Duque da Toscana, também estimulados pelo rei da Baviera, Maximiliano José I, por ocasião da vinda da então princesa Leopoldina, futura Imperatriz do Brasil, (IGLESIAS, 2000, p. 66.)

Em “O Homem”, na segunda parte de seus “Sertões”, encontramos exemplos deste esforço de Euclides em compreender o sertanejo a partir de seus hábitos, de suas tradições, de suas trovas, ou revelado no vestuário, num esforço próximo do que hoje seria classificado como “História do Cotidiano”, ou de uma “abordagem antropológica” da História. Por outro lado, revelando influências de tendências correntes da, praticamente recém-nascida, ciência sociológica, Euclides remete a compreensão deste cotidiano, desta História, ao entendimento do lugar, do meio.

O caráter “insular” do sertão, para além dos aspectos etnográficos, tornou possível o sertanejo.

Fora longo traçar-lhes a evolução do caráter. Caldeadas a índole aventureira do colono e a impulsividade do indígena, tiveram, ulteriormente, o cultivo do próprio meio que lhes propiciou, pelo insulamento, a conservação dos atributos e hábitos avoengos, ligeiramente modificados apenas consoante as novas exigências da vida. (CUNHA, 2002, p. 69.)

Nota-se no trecho destacado que a “tradição”, que no desenrolar da obra surgirá também como atraso ou barbárie, só sobreviveu graças ao isolamento proporcionado pelas dificuldades de acesso à região. Se mais próximo do litoral, o sertanejo talvez não fosse “antes de tudo um forte”.

O isolamento permitiu a manutenção da tradição, do fanatismo, e o desenvolvimento de uma “cultura” da qual Euclides ressaltou também a beleza.

E ali estão com as suas vestes características, os seus hábitos antigos, o seu estranho aferro às tradições mais remotas, o seu sentimento religioso levado até ao fanatismo, e o seu exagerado ponto de honra, e o seu folclore belíssimo de rimas de três séculos... (CUNHA, 2002, p. 69.)

O “lugar”, além de isolado, sofria terrivelmente com o clima. Entre 1887 e 1879, por exemplo, alguns anos antes da ocupação da fazenda de Canudos pelo Conselheiro e seus seguidores, o nordeste brasileiro sofreu com uma terrível seca. Os efeitos do clima do semi-árido sobre a alma, o espírito e o corpo do sertanejo, são assim descritos por Euclides.



Então se transfigura. Não é mais o indolente incorrigível ou o impulsivo violento, vivendo às disparadas pelos arrastadores. Transcende a sua situação rudimentar. Resignado e tenaz, com a placabilidade superior dos fortes, encara de fito a fatalidade incoercível; e reage. (...) O seu primeiro amparo é a fé religiosa. (CUNHA, 2002, p. 88.)

O espírito forte, quase inquebrantável, nasce dos rigores do clima. Junto com este espírito nasce o sentimento, que tem lugar na alma, a fé, que não poderia ser outra, dadas as características do sertão, a não ser a religiosa.

No entanto, se Euclides consegue enxergar, compreender e explicar a seu modo parte da “alma” dos sertanejos, ele não a justifica no sentido de que considera a gente do sertão e Canudos como a antítese do progresso.

Se em alguns momentos da obra Euclides parece se render aos encantos do lugar e de algumas das qualidades de seu povo, o desencantamento surge quando o autor examina Canudos e suas manifestações religiosas. O espírito científico, cultivado no litoral e nas cidades do Sudeste compreende, explica, mas não justifica o atraso da “*urbs monstruosa*”.

A *urbs monstruosa*, de barro, definia bem a civitas sinistra do erro. O povoado novo surgia, dentro de algumas semanas, já feito em ruínas. Nascia velho. (...) Se as edificações em suas modalidades evolutivas objetivam a personalidade humana, o casebre de teto de argila dos jagunços equiparado ao wigwan dos peles-vermelhas sugeria paralelo deplorável. O mesmo desconforto e, sobretudo, a mesma pobreza repugnante, traduzindo de certo modo, mais do que a miséria do homem, a decrepitude da raça.

Canudos era “velho”, não civilizava seu ar, não libertava o contrário do que se deveria esperar de uma cidade. A pobreza revelava o fracasso de sua gente que, “degenerada”, permitiu que o Conselheiro surgisse como santo. Um rebanho à procura de um pastor.

De sorte que ao fim de algum tempo a população constituída dos mais díspares elementos, do crente fervoroso abdicando de si todas as comodidades da vida noutras paragens, ao bandido solto, que lá chegava de clavinote ao ombro em busca de novo campo de façanhas, se fez a comunidade homogênea e uniforme, massa inconsciente e bruta, (...). É natural que absorvesse, intactas, todas as tendências do homem extraordinário do qual a aparência protéica – de santo



exilado na terra, de fetiche de carne e osso e de bonzo claudicante – estava adrede talhada para reviver os estigmas degenerativos das três raças. (CUNHA, 2002, p. 118.)

Também o messianismo em Euclides surge como produto do meio. A geografia isolou a população, o clima dificultou-lhe a vida e o progresso, a seca trouxe a fé, então, entre os “deserdados da terra”, Antônio Conselheiro fez-se profeta e Canudos, para seus seguidores, “era o Cosmos”.

Aceitando, às cegas, tudo quanto lhe ensinara aquele; imersa de todo no sonho religioso; vivendo sob a preocupação doentia de outra vida, resumia o mundo na linha de serranias que a cingiam. Não cogitava de instituições garantidoras de um destino na terra Eram-lhes inúteis. (CUNHA, 2002, p. 115.)

A “alma do matuto” não era republicana, tampouco era monarquista, era marcada pela fé que se expressava na histeria, no fanatismo antigo, marca de uma sociedade primitiva, parada no tempo e que a República nascida no litoral não esqueceu porque simplesmente não a quis conhecer. Euclides tomou para si a tarefa de descrever esta gente, pois não haveria uma República jacobina, ou liberal, ou positivista, se esta não incluísse o “povo da rua”.

Mesmo tendo estado em Canudos apenas entre os meses de agosto e outubro de 1897, quando da última expedição enviada pelo governo federal para tentar vencer o “exército de jagunços” do Conselheiro, mesmo tendo baseado sua narrativa daquilo que era a vida em Canudos antes da guerra em reportagens de jornais e relatos orais, a alma “transtornada” dos fanáticos é descrita em cores vivas, pretendendo Euclides, desse modo, revelar a “verdade”.

O misticismo de cada um, porém, ia-se pouco e pouco confundindo na nevrose coletiva. De espaço a espaço a agitação crescia, como se o tumulto invadisse a assembléia adstrito às fórmulas de programa preestabelecido, à medida que passavam as sagradas relíquias. (...) Estrugiam exclamações entre piedosas e coléricas; desatava-se movimentos impulsivos, de iluminados; estalavam gritos lancinantes, de desmaios. Apertando ao peito as imagens babujadas de saliva, mulheres alucinadas tombavam escabujando nas contorções violentas da histeria, crianças assustadiças desandavam em choros; e, invadido pela mesma aura de loucura, o grupo varonil dos lutadores, dentre o estrépito e os tinidos, e o

estardalhaço das armas entrebatidas, vibrava o mesmo icto assombroso, em que explodia, desapoderadamente, o misticismo bárbaro...”(CUNHA, 2002, p. 126.)

Tivesse permanecido o Conselheiro nas cidades mais próximas do litoral, ele não teria sido possível. Somente as “almas” formadas no insulamento, na escassez, buscando nas procissões, terços e novenas a solução para a seca seriam capazes de acolhê-lo. O “messias” dos “Sertões de Euclides,

Parou aí indefinidamente nas fronteiras oscilantes da loucura, nessa zona mental onde se confundem facínoras e heróis, reformadores brilhantes e aleijões tacanhos, e se acotovelam gênios e degenerados. Não a transpôs. Recalcado pela disciplina vigorosa de uma sociedade culta, a sua nevrose explodiria na revolta, o seu misticismo comprimido esmagaria a razão. Ali, vibrando a primeira uníssona com o sentimento ambiente, difundiu o segundo pelas almas que em torno se congregavam, se normalizaram. (CUNHA, 2002, p. 98.)

O Conselheiro em Euclides revela a “Terra” - relevo e clima, na pele, nos ossos. Não há como explicar o “Salvador” sem considerar a poeira do caminho, as pedras e espinhos da caatinga, o quase deserto em que vagavam as almas e os corpos de Antônio Conselheiro e seus discípulos.

A epiderme seca rugava-se-lhe como uma couraça amolgada e rota sobre a carne morta. Anestesiara-a com a própria dor; macerara-a e sarjara-a de cilícios mais duros que os buréis de sparto; trouxera-a, de rojo, pelas pedras dos caminhos; esturrara-a nos rescaldos das secas; inteiriçara-a nos relentos frios; adormecera-a, em transitórios repousos, nos leitos dilacerantes das caatingas... (CUNHA, 2002, p. 105.)

Se quiséssemos alcançar a nacionalidade teríamos que conhecer para compreender e, então, “civilizar” Canudos. No entanto, mais uma vez, a República desencanta Euclides. O “projeto civilizatório” vem com o combate feroz, com a destruição do povoado, com a perseguição e crueldade sem medida contra os “fanáticos”, com a degola. E aí está o crime, às “almas” isoladas e perdidas do povo do “sertão de Euclides” jamais foi oferecida outra possibilidade, mas o mesmo não vale para os que urdiram e lideraram seu combate. Para estes não tem explicação e, portanto, não há compreensão. “Aquela campanha lembra um refluxo para o passado. E foi, na significação integral da





palavra, um crime. Denunciemo-lo.” (CUNHA, 2002, p.9). A República perdeu sua alma em Canudos.

## REFERÊNCIAS

BERNUCCI, Leopoldo M. Pressupostos historiográficos para uma leitura de Os Sertões. In: **Revista USP**, n. 54, São Paulo: USP, jun/ago, 2002, pp. 6-15.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas** – o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

CARVALHO, José Murilo de. Os três povos da República. In: **Revista USP**, n. 59, São Paulo: USP, set/nov, 2003, pp. 96-115.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. São Paulo: Nova Cultural, 2002.

IGLESIAS, Francisco. **Historiadores do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG, 2000.

VENTURA, Roberto. Euclides da Cunha no vale da morte. In: **Revista USP**, n. 54, São Paulo: USP, jun/ago, 2002, pp. 16-29.

### Clara Versiani dos Anjos Prado

Historiadora e Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais, professora do curso de História do Núcleo de Ensino a Distância da Universidade Metropolitana de Santos – UNIMES.



**Artigo Recebido em 15/12/2010**

**Aceito para publicação em 20/12/2010**

Para citar este trabalho:

PRADO, Clara Versiani dos Anjos. **Um republicano no sertão:** o messianismo em Euclides da Cunha. Revista paidéi@, UNIMES VIRTUAL, Volume 2, Número 4, dez. 2010. Disponível em: <<http://revistapaideia.unimesvirtual.com.br>>. Acesso em: \_\_/\_\_/\_\_.